

18º Congresso Brasileiro de Sociologia

26 a 28 de Julho de 2017, Brasília (DF)

Grupo de Trabalho: Família, Instituições e Poder

**A continuidade do poder através das mulheres: o caso das Famílias
Ribeiro e Toscano na Paraíba**

Elizabeth Christina de Andrade Lima – Universidade Federal de Campina
Grande

Introdução

Já não é mais novidade a constatação da situação de sub-representação das mulheres nos espaços de poder, seja no âmbito legislativo, seja no executivo. Mesmo a despeito da Lei de Cotas, que destina a ocupação de pelo menos 30% para cada um dos sexos, em disputas eleitorais proporcionais, o que se observa é que muitos Partidos Políticos sequer respeitam a referida Lei, alguns atingem o limite da cota, mas comumente utilizam as chamadas “candidaturas laranjas” para estarem de acordo com o que determina a Lei de Cotas. Ou seja, muitas mulheres tem se candidatado, mas o resultado eleitoral tem sido insuficiente para se garantir, pelo menos, uma representação feminina mínima. (GROSSI, & MIGUEL, 2001)

Nestes termos ponderam Miguel & Biroli (2010:653), que atualmente “a sub-representação das mulheres nas esferas do poder político é hoje entendida como um problema político a ser enfrentado”. Concordamos com o autor, e observamos que, até o momento, nada ou quase nada foi feito, seja por meio dos Partidos Políticos, da Justiça Eleitoral e do próprio Congresso Nacional para resolver essa injustiça, nos termos de Fraser (2007)

O que também se observa é que as poucas mulheres que chegam a assumir cargos no poder executivo ou legislativo, em sua quase totalidade, acabam sendo eleitas, comumente, graças ao capital político e simbólico (BOURDIEU, 2007) de suas famílias, cujos nomes são tradicionalmente conhecidos e reconhecidos seja no Município, no Estado ou no Brasil. São as chamadas “filhas das oligarquias”.

Nesses termos convém salientar que mesmo ainda não tendo as mulheres, de maneira satisfatória, a visibilidade e a notoriedade devidas, elas

sempre estiveram nos bastidores dos palcos da política. Sem dúvida, os papéis sociais relacionados ao cuidado, à maternidade e a outros atributos “do feminino”, tem se apresentado como obstáculos ao acesso a esse espaço de poder, e ao mesmo tempo, tem ajudado a construir uma certa singularidade para o feminino enquanto discurso político que viabiliza o seu ingresso na vida político partidária. Dessa maneira, vale a indagação: por meio de quais caminhos as mulheres começaram a permear na arena política? Pela via familiar? Pela via dos movimentos sociais e/ou feminismos? Pela inserção pública independente? São essas questões que pretendemos discutir nesse artigo, tomando como caso para análise a trajetória pessoal e política das Deputadas Estaduais, Camila Toscano (PSDB) e Daniella Ribeiro (PP), da Assembleia Legislativa da Paraíba.

As formas de ingresso na política

Para Rabay e Carvalho (2010, p.207), alguns estudos têm dado visibilidade à família como uma forma de ingresso das mulheres na vida partidária, principalmente no que diz respeito ao Nordeste, uma região marcada pela instrumentalização das “mulheres de família” por parte das oligarquias, com vistas à perpetuação no poder.

[...] a maioria das mulheres está ligada a esquemas eleitorais viciados e guarda relações de parentesco (era esposa, irmão ou filha) com algum político expressivo no cenário local. Além disso, utilizou estereótipos femininos para se eleger – a mãe sofredora, a benfeitora, a boa esposa, entre outros – indicando que uma retórica de manipulação da identidade feminina tradicional pode gerar dividendos políticos.

Costa (1998), por sua vez, assevera que as mulheres são acionadas a participarem da vida política na ausência ou por impedimento de um homem, com mais prestígio ou já inserido à vida pública. Logo, a sua inclusão pela via familiar seria um reflexo da influência e predominância do poder patriarcal. Ademais, parece-nos que as mulheres ao serem inseridas pela via familiar, apresentam-se como uma estratégia dos grandes partidos conservadores do que propriamente para exercer um papel diferenciado no cenário político. Em suas atuações é possível observar, comumente, a reprodução do discurso e da prática políticas consoantes ao seu grupo familiar e de apoio político, sem grandes diferenças em suas atuações.

Essa forma de representação política da mulher se mistura com um papel de subordinada, resultante de um processo de submissão de gênero e que a mantém, silenciosamente, ligada à esfera privada. Logo, é interessante analisarmos os poucos casos da inserção da mulher na política como insuficiente para sua emancipação e representação equitativa em termos de gênero.

Para Avelar (1987), a família política resolve os problemas estruturais, institucionais e individuais relacionados à inclusão da mulher no campo político, na medida em que ela libera, auxilia e apoia a mulher na vida pública. Inicialmente ela é “liberada” de seu espaço naturalizado, a casa, para permear em outro espaço, o público, a política. Logo depois, ela é “aceita” e “auxiliada” pelo partido e herda as bases políticas de sua família. Ou seja, a via familiar reduz significativamente os obstáculos que surgem para essas mulheres que são protegidas pela força dos homens da família que quase sempre estão ao seu redor.

Se analisarmos, como exemplos, o cenário atual da Câmara de Deputados no Estado da Paraíba e da Câmara de Vereadores da cidade de João Pessoa, veremos que a maioria delas tem forte relação com a via familiar. Na Assembleia Legislativa, das três Deputadas em exercício, duas têm origem familiar, a Deputada Camila Toscano (PSDB), filha de Zenóbio Toscano (PSDB), atual Prefeito da cidade de Guarabira e ex-Deputado Estadual – PB e de Léa Toscano (PSDB), ex-Deputada Estadual e ex-Prefeita de Guarabira – PB e a Deputada Daniella Ribeiro (PP), filha do ex-Deputado Federal e ex-Prefeito de Campina Grande, Enivaldo Ribeiro (PP), atual vice-prefeito de Campina Grande, a segunda maior cidade do Estado da Paraíba e da ex-Prefeita de Pilar, Virgínia Velloso Borges (PP), além de ser irmã do atual Deputado Federal e ex-Ministro das Cidades, Aguinaldo Ribeiro (PP).

No âmbito municipal, as duas e únicas representantes femininas também têm origem familiar. Na Câmara Municipal de João Pessoa, temos Eliza Virgínia (PSDB), que é filha do ex-Deputado Nivaldo Manoel e Raíssa Lacerda (PSD), filha do ex-Deputado e ex-Governador José Lacerda Neto (PSD). Logo, pelo que podemos observar, é comum o apoio familiar no lançamento de uma nova figura na arena política e quanto mais notório e conhecido o sobrenome da família, maiores as chances de se lograr êxito na candidatura. Isso é percebido seja no

lançamento de candidaturas de indivíduos do gênero masculino, como do gênero feminino.

Além da via familiar existem situações em que a inclusão da mulher na política se dá de maneira independente, utilizando-se do próprio poder pessoal. Essa é uma via alternativa e que acaba limitando mais a possibilidade de sucesso para uma pessoa que não tem um nome de família como alicerce e respaldo.

Para Rabay e Carvalho (2010), são poucas as mulheres que obtêm êxito na construção de uma carreira política do ponto de vista individual. Já pelo ponto de vista institucional, embora o sistema de cotas confira oportunidades às candidatas independentes, a dificuldade persiste já que elas têm que encarar as eleições com os seus custos monetários, além do enfrentamento às práticas e circunstâncias machistas. A inserção de mulheres na política, não é proibida, mas a sua permanência e aceitação passam por um difícil processo. Quando o assunto são mulheres novatas ou estranhas, há uma tendência delas agirem como esse grupo ou, pelo menos, apresentarem qualidades excepcionais valorizadas por ele:

[...] a via independente de ingresso político requer uma forma de inserção social ou um papel público de grande visibilidade, contribuição e reconhecimento social, ou seja, um enorme capital social noutro campo (não o da política partidária), aliado ao carisma pessoal. É esse o caso de artistas [...] e de líderes de movimentos sociais, que fazem (intencionalmente ou não) uma política informal, que atendem a necessidades concretas, que representam aspirações e interesses e que gozam de confiança e admiração de pessoas e de grupos ganhando, assim, popularidade. (RABAY & CARVALHO, 2010, p.38-39)

O terceiro nome da parlamentar que compõe o número de mulheres na Assembleia Legislativa da Paraíba é exatamente oriunda desta via independente, a deputada Estelizabeth Bezerra de Souza, mais conhecida como Estela. Ela nasceu em João Pessoa, na Paraíba, em 18 de março de 1967. É formada em Jornalismo pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Foi coordenadora de Políticas para as Mulheres na prefeitura de João Pessoa, onde ainda ocupou as pastas de Transparência, Orçamento Democrático e Planejamento. Disputou o cargo de prefeita na cidade de João Pessoa em 2012, sem obter êxito. Atuou ainda como secretária estadual de comunicação e Chefe de Gabinete no primeiro mandato do governador Ricardo Coutinho. Foi eleita

para seu primeiro mandato como deputada estadual com 34.929 votos (1,74%) pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Atualmente é membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, preside a Comissão de Constituição e Justiça, é membro da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, da Comissão de Educação, Cultura e Desportos, além de ser vice-presidente da Comissão de Direitos da Mulher.

Para os propósitos deste artigo nos deteremos a pensar sobre a inserção política das mulheres “filhas das oligarquias” políticas da Paraíba. Vejamos agora um pouco das trajetórias pessoal e pública dessas parlamentares e suas linhagens familiares.

Trajetórias e inserção na vida pública

A Deputada Camila Araújo Toscano de Moraes (PSDB), nasceu em 15 de outubro de 1980 e está em seu primeiro mandato na Assembleia Legislativa e se elegeu como Deputada com 32.682 votos (1,63%). Na Assembleia é presidente da Comissão dos Direitos da Mulher, membro titular da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar e da Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Filha de pais já inseridos na política, não demorou muito para se tornar sua herdeira política.

Antes de ser Deputada, Camila Toscano fez o curso de Direito no Unipê – Centro Universitário de João Pessoa. Assim que se graduou, submeteu-se ao Exame da Ordem dos Advogados e passou a atuar na advocacia por onze anos. Em virtude do exercício do seu mandato, deixou a advocacia para atuar como parlamentar.

Por sua vez, a Deputada Estadual Daniella Veloso Borges Ribeiro, nasceu em Campina Grande, na Paraíba, no dia 26 de março de 1972. É formada em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), foi professora e fez pós-graduação em Relações Internacionais na Universidade de Brasília (UnB). Desde pequena é engajada com esse espaço de poder quando muitas vezes acompanhava seu pai nos eventos políticos.

A primeira disputa eleitoral da Deputada Daniella Ribeiro foi quando se candidatou a Vice-Prefeita de Campina Grande, embora não tenha logrado êxito

(ela considera que essa disputa foi muito válida, pois pôde adquirir muitos conhecimentos, principalmente no que diz respeito à cidade de Campina Grande, ter o aprendizado da pluralidade e ter acesso às pessoas). A sua disputa seguinte foi para candidatura ao mandato de Vereadora de Campina Grande, em 2008, sendo eleita com 6.838 votos (3,10%). Para ela, essa eleição foi bastante emocionante e significativa em sua vida.

Foi em 2010 que a Deputada Daniella Ribeiro assumiu seu primeiro mandato na Assembleia Legislativa da Paraíba, sendo eleita com 29.863 votos (1,5%). Em 2012, afastou-se do seu mandato para concorrer ao cargo de prefeita da cidade de Campina Grande, mas não logrou êxito. Em 2014, foi reeleita Deputada Estadual da Paraíba com 46.938 votos (2,35%).

A Deputada Camila Toscano nos contou que sempre acompanhou os seus pais na política. Seu pai, Zenóbio Toscano, foi prefeito de Guarabira de 1982 a 1988. Logo, boa parte da primeira infância da Deputada foi vendo seu pai como gestor. Após ter sido Prefeito, o seu pai foi Deputado Estadual por cinco mandatos, ou seja, esteve na Assembleia Legislativa, em média, por 20 vinte anos. Enquanto isso, sua mãe, Léa Toscano, foi Prefeita de Guarabira.

A Deputada não é filha única. Ela tem mais três irmãos, um homem e duas mulheres, todos mais velhos que ela e nenhum deles, pelo o que nos disse, fizeram ou fazem parte da política ou despertaram para tal interesse. Ela nos informou, ainda, que por mais que gostasse da política, nunca pensou que, de fato, poderia vir a atuar nesse espaço – seja por timidez ou por achar que não teria oportunidade. Dentre os quatro irmãos, era ela quem mais acompanhava as campanhas eleitorais e a atuação dos candidatos, por isso gostava de fazer projeções sobre quem poderia ganhar, quem poderia perder. Disse-nos que se tornou Deputada Estadual porque “pegou gancho” no nome de seus pais, mas que sua manutenção na política é em decorrência do trabalho que ela exerce na Assembleia.

Desde os meus dezesseis anos, quando passei a votar, sempre tive ou o meu pai ou a minha mãe como candidatos a algum mandato eleitoral. A cada dois anos, na minha casa, vivíamos intensamente o processo eleitoral, época em que a minha vida parava para acompanhar meus pais nos eventos políticos. Eu não estava com eles nos palanques para discursar, mas sempre estive nas passeatas, carreatas, participava da ida às casas dos eleitores e entre outras rotinas inerentes à época eleitoral. Eu

atribuo ser Deputada Estadual, hoje, em virtude do grande incentivo que recebi dos meus pais, que tiveram participação fundamental no meu ingresso na política. A minha decisão de entrar nesse meio foi no ano da eleição. Eu peguei muito gancho do nome dos meus pais. As pessoas conheciam meus pais, mas não me conheciam. As pessoas acreditaram que sendo filha de Zenóbio, eu trabalharia igual a ele. As pessoas confiaram muito em mim pelo nome dele. Agora eu já sei que se eu vier a me candidatar na próxima eleição isso não ocorrerá mais. Eu entrei na Assembleia como filha deles, hoje não mais. Eu sabia que entraria pelo nome deles, mas para me manter firme seria por mim mesma. Por uma conjuntura política, tive a oportunidade de entrar como candidata pelo PSDB em minha região. As pessoas acreditaram em minhas propostas e que eu poderia ser uma boa Deputada Estadual e me deram toda a confiança. Nunca tive o sonho de ser política. Sempre gostei desse espaço, mas não achei que fosse viver tão de perto esse momento. No entanto, surgiu essa oportunidade e eu abracei a causa (Camila Toscano, entrevista realizada em 07 de julho de 2016).

Para ela a entrada na vida pública não se tratava de um projeto de vida e foi o convívio direto com a atuação de seus pais na política que a fizeram estar hoje nesse meio. “Influência do meu pai e da minha mãe, meu pai é político minha mãe também. Eles tão nisso há 35 anos, desde que eu nasci, então eu passei a minha vida toda acompanhando ele e entrei por uma situação partidária, precisava do candidato e escolheram meu nome, por isso eu entrei, a influencia vem deles”. Segundo a deputada, os pais se completam muito politicamente falando, seu pai seria o lado extremamente racional na política e sua mãe a que “faz a parte social”. Assim, a sua atuação hoje, enquanto agente pública, se baseia no que ela retira de cada um dos dois.

A deputada Daniella Ribeiro, igualmente, nos relatou que por boa parte de sua vida esteve inserida, ainda que indiretamente, no cenário da política. Ela lembra, inclusive, que sua casa sempre era muito visitada na época em que seu pai era prefeito de Campina Grande e que ela sempre esteve envolvida com a militância em favor de seu pai durante as campanhas. Para ela, um dos grandes motivos que a fizeram entrar na política foi sua vocação e sua vontade de “ajudar as pessoas”:

Eu gosto muito de lidar com pessoas, de ajudar. Eu tive uma infância muito envolvida com a política quando meu pai era prefeito de Campina Grande. Ou seja, querendo ou não, eu participei muito disso. Eu acho que para a pessoa realmente entrar na política, a pessoa tem que ter vocação, tem que ter desejo. Eu participei de várias campanhas dele, me envolvi

muito desde muito cedo. Em relação à minha entrada na política, meu pai ficou meio receoso, pois ele sabe que é um meio muito masculino, machista e como pai ele se preocupava, inclusive de se deparar com alguma situação de alguém falar de mim. Eu disse a ele que não se preocupasse que eu saberia me defender (Deputada Daniella Ribeiro, entrevista realizada em 13 de fevereiro de 2017).

Ao serem indagadas como se deu o seu processo de socialização pública e memórias de suas infâncias e adolescências, as parlamentares assim se manifestaram:

A ideia que tenho da minha infância é dessa presença intensa de toda minha família em Guarabira, juntamente com meus irmãos. Lembro-me do vínculo que eu tinha com Guarabira e vendo meu pai como prefeito. Antes dele ser político era construtor. Então ele construiu uma casa muito boa e grande no bairro do Cabo Branco onde eu passei minha infância. Lembro que nesse período não havia tanta preocupação com a violência. Eu andava muito entre as casas dos vizinhos, gostava de tomar banho de mar e andar na calçadinha. Durante toda minha vida estudei no Colégio das Lourdinhas. Falar de minha infância então é falar de brincadeiras em minha casa ou na praia, tomando banho de mar, isso quando eu não estava em Guarabira. Também tive a presença marcante do Colégio Lourdinhas, principalmente pelos jogos de vôlei. Às vezes eu ia de manhã à escola, voltava para casa só para almoçar, retornava ao colégio para fazer algum trabalho à tarde e emendava com os jogos de vôlei à noite no colégio. Ou seja, praticamente o meu dia inteiro era no colégio e isso eu adorava (Deputada Camila Toscano, entrevista realizada em 07 de julho de 2016).

A Deputada Daniela Ribeiro, por sua vez, lembra que acompanhava a realização das obras em Campina Grande ao lado de seu pai e que também o acompanhava durante as campanhas:

Eu tive uma infância muito boa quando meu pai era prefeito de Campina Grande e as programações dele eram todas em torno da cidade, tanto com relação a ir ver as obras de Campina Grande como em relação à minha casa cheia, sempre com muitas pessoas. Eu participei de várias campanhas dele, me envolvia muito desde muito cedo, militando pelo nome dele. Eu sempre gostei muito do tema, gosto de política, gosto de ver a questão da cidadania, tudo isso faz com que você acabe enveredando para a política desde cedo (Deputada Daniela Ribeiro, entrevista realizada em 15 de fevereiro de 2017).

A deputada Camila quando indagada sobre a existência de algum tipo de resistência por parte de sua família, ou de pessoas próximas a ela, por se inserir

no espaço da política, ela afirmou não ter havido isso, pois vive a política desde que nasceu.

A minha mãe foi prefeita há 20 anos, imagina o que ela passou pra ser candidata, pra ser prefeita há 20 anos. Hoje a gente ainda tem essa dificuldade, imagina 20 anos atrás? Ela foi prefeita de 1996 a 2004 e foi deputada antes de mim, então eu entrei na assembleia, vamos dizer, no lugar dela, na vaga dela... não teve resistência porque os dois já foram deputados, ele por cinco mandatos e ela por um. (Entrevista Camila Toscano, realizada em 14 de julho de 2016).

Outro ponto levantado pela deputada, foi o de ter consciência da importância do nome de seus pais, do “nome de família”, para que ela pudesse consolidar uma posição na política partidária.

Na verdade eu peguei muito gancho e o nome dos meus pais, então as pessoas não me conheciam mas conheciam meu pai e minha mãe pelo trabalho e como eu entrei como uma sucessora dela principalmente, as pessoas acreditaram muito nisso... foi nesse gancho que eu fui levada, de ser a filha de Zenóbio... na confiança do nome dele... agora eu já tenho consciência que se eu me candidatar na próxima não será mais, aí será pelo meu trabalho... eu entrei na Assembleia como filha dele mas hoje não mais. (Entrevista Camila Toscano, realizada em 14 de julho de 2016)

Antes de entrar de fato na vida pública como parlamentar a deputada Daniella Ribeiro desenvolveu a atividade de pedagoga: “Eu ensinei em universidades, trabalhei na área de educação, prestei assessoria na área de educação em algumas prefeituras”. Para ela o convívio com a prática política se deu desde cedo através da participação na vida pública de seu pai, Enivaldo Ribeiro;

Apesar de ter meu pai na política mais de 30 anos de vida pública, nunca foi uma obrigatoriedade nenhum dos filhos serem políticos por conta disso... Aqui em casa somos quatro irmãos, dois homens e duas mulheres, meu pai político, por vocação, ele gosta daquilo que faz, e desses quatro irmãos, dois optaram pela política, eu porque gostava muito, sempre gostei de participar, desde pequena quando meu pai foi prefeito em Campina Grande, eu amava, ia visitar as obras com ele... com uns 12 anos meu pai candidato a prefeito, comecei a participar nos bastidores, fiscalização, vocês lembram que era a votação

da cédula... e você tinha que montar toda uma estrutura de fiscalização, ia para os comícios, ia pra tudo, então a partir daí, tava lá um desejo muito grande no meu coração. (Entrevista com Daniella Ribeiro, realizada em 07 de julho de 2013).

Ainda que a vida pública, a atividade política seja algo intrínseco a sua família, a deputada afirmou que no início, para o seu pai, esta seria preferencialmente uma prática dos homens da família. “Meu pai sempre foi muito protetor, ele achava que mulher sofria com política, então não dava certo mulher, o sonho dele era os filhos homens mas eu queria.” Só com o tempo e com o desinteresse de seu outro filho homem, que, como contou a deputada, seu desejo de fazer parte daquele espaço, de ter o seu mandato, foi aceito e apoiado pelo seu pai. Assim, ela disputou o cargo de vice-prefeita no ano de 2004, na cidade de Campina Grande, mas só em 2008 elegeu-se pela primeira vez, como vereadora, obtendo o maior número de votos para o cargo e sendo a mulher mais votada do pleito.

Outro fato que deve ser discutido, quando analisados os números das eleições na Paraíba é a presença constante dos “nomes de família” na constituição das candidaturas e carreiras políticas femininas. Carvalho e Rabay (2010), afirmam que, sobretudo no Nordeste, há uma instrumentalização das “mulheres da família” por parte das oligarquias, visando à perpetuação no poder. Assim, à título de exemplo, a maioria das 24 mulheres eleitas nos últimos 32 anos para a ALPB é oriunda de grupos familiares representados por figuras masculinas de grande prestígio e poder no cenário político. Das três representantes femininas na atual legislatura, duas tem sua constituição enquanto mulher pública e política de origem familiar.

Assim como apontam Miguel e Biroli (2006), as mulheres em decorrência de sua socialização diferenciada e subjugação histórica à esfera do lar, do cuidado maternal e da abnegação em nome do outro, ao entrarem no meio político acabam sendo conduzidas à manutenção de algumas dessas práticas culturalmente apreendidas. Desse modo, é comum encontrarmos mulheres políticas advogando na área das causas de cunho social, aquelas que têm como foco a assistência e a proteção do outro, este geralmente fragilizado e impossibilitado de atender às suas necessidades. É necessário notarmos que

este tipo de “cuidado e proteção” remete aos papéis da mãe e da dona de casa, sempre dispostas a se doar ao outro. Nesse sentido, os autores afirmam que:

Há indícios de que as mulheres se ocupam com mais frequência de temas ligados à área social do que aquelas vinculadas diretamente ao controle do Estado e de seus recursos e à distribuição dos postos de exercício de poder. (MIGUEL & BIROLI, 2006, p.80).

O questionamento feito por esses e outros autores é o de se essa “propensão” à área social seria uma opção, ou justamente uma falta de opção: as mulheres encontrariam nesse nicho o único meio e temas disponíveis para sua atuação no meio político.

Outro ponto a ser observado em relação à necessidade da participação de mulheres na política seria o de que somente elas seriam capazes de dialogar e propor as demandas exigidas pela parcela feminina da sociedade. Sob esse aspecto, as mulheres teriam interesses especiais e legítimos ligados ao gênero feminino. No entanto, Miguel e Biroli (2006) afirmam haver nessa crença um essencialismo subjacente:

Parece que as mulheres, apenas por serem mulheres, terão sempre interesses idênticos. Contra isso, há o fato de que os indivíduos ocupam, ao mesmo tempo, diferentes ‘posições de sujeito’, cujas pressões são variadas e por vezes, contraditórias. (MIGUEL & BIROLI, 2006, p. 26).

Por sua vez a exigência quanto a conformação das mulheres a determinados papéis, o de esposa e mãe, por exemplo, é algo que para as deputadas, se apresentam em todas as áreas da sociedade nas quais as mulheres buscam se inserir e não só no espaço da política. A divisão injusta das tarefas domésticas, ou mesma a inexistência dessa divisão, já que as mulheres são sobrecarregadas pela obrigação da estruturação e manutenção da ordem do lar, englobando cuidados com a casa, filhos e marido, e ainda com as atividades realizadas fora desse espaço. Essa realidade social é para elas, um dos obstáculos para a concretização e efetiva participação das mulheres na política.

Ao acompanharmos um pouco da dinâmica da política paraibana, claramente se enxerga o caráter conservador, tradicional e comprometido com determinadas pautas e setores da sociedade. Desse modo, não obstante do que

ocorre com uma ínfima parcela de homens que ocupam a prática política (negros, gays, pobres), a presença das mulheres na atividade pública e política passa por esse recorte de conformidade com determinadas imposições históricas e culturais que refletem diretamente na questão de gênero. Estar mais próximo ou mais distante do engendramento proporcionado pelos papéis sócias, pode conferir a essas mulheres maior “facilidade e aptidão” para ocupar e exercer a prática política.

As mulheres oriundas de grupos oligárquicos, tradicionais, de forte capital familiar e político, como as deputadas Camila Toscano e Daniella Ribeiro, na política representativa, continuam a reproduzir valores e pautas que corroboram com as práticas desse tipo de grupo. Daniella Ribeiro, nesse sentido, apresenta-se sob uma ótica ainda mais conservadora devido “a fé proferida”, a evangélica, repetidas vezes por ela mesma ressaltada e de importância fundamental na sua “conduta” enquanto parlamentar. A deputada, apresenta um discurso mais romantizado da política, colocando sua participação nesse meio como um “desejo vindo de dentro”. Por representar valores mais tradicionais, por ter tido importante apoio do capital político e familiar, vindo de seu pai como a própria deputada afirmou por diversas vezes em sua fala, a política para ela não se apresentou como um espaço de difícil acesso, ou como um meio que a tratasse de maneira diferenciada pelo fato de ser uma mulher.

Da mesma forma, a deputada Camila Toscano, que atrela sua vida política a convivência e ao legado político deixado pelos pais, como já afirmado, também se apresenta sob o signo da representação tradicional. A mesma dispõe mais matérias que promovem a discussão das questões relacionadas aos direitos das mulheres, é necessário ressaltar que tal constatação se explica também pelo fato da mesma presidir a Comissão da Mulher. No entanto, estas são também pautas de maior conformidade com aquilo aceito passivamente pela sociedade, que são as ações voltadas para a promoção das mulheres no mercado de trabalho, da assistência à saúde básica da mulher, dos cuidados maternos e do combate à violência doméstica. O lugar social, familiar, a formação intelectual e ideológica, religiosa, são levadas em consideração no que diz respeito a adoção ou não de determinados discursos e pautas.

A presença dessas mulheres no espaço da política, na Assembleia Legislativa, parece se tornar menos difícil quando estas advêm de setores e

grupos mais conservadores da sociedade. É possível perceber na fala das duas representantes desse grupo uma posição mais confortável quanto ao tratamento dado a mulher na política. Estar em conformidade com os valores tradicionais e os papéis culturalmente estabelecidos e aceitos, permite a essas mulheres uma permanência na vida pública e política, como elas próprias relataram, sem maiores questionamentos de gênero ou qualquer outro tipo de discriminação.

A herança familiar e a reprodução do patriarcado na política brasileira

Ao analisarmos a dinâmica das interações sociais no contexto da família extensa do campo social brasileiro, intuímos que este tem sido historicamente considerado como o local do familismo, da proximidade social entre iguais e da dependência pessoal do subordinado em relação ao patriarca. O papel social do patriarca, segundo Freyre (1968), pode ser sintetizado no conceito de patriarcalismo. Entendemos por patriarcado um sistema social de relações de gênero no qual existe desigualdade entre estas, havendo um predomínio da figura masculina nos diversos espaços sociais. (SAFFIOTI, 2004)

Para Corrêa (1981), a família patriarcal brasileira é vista como um tipo de produto da colonização portuguesa ou importada de Portugal. Os outros modos de organização familiar são subsidiários ou inexpressivos. Para diversos autores, como Gilberto Freyre (1968), o patriarcal tende a se prolongar no paternal, no paternalista, no culto sentimental ou místico da figura do pai ainda identificado, entre nós, com imagens de homem protetor, de homem providencial, de homem necessário ao governo geral da sociedade. Segundo o mencionado autor, o poder tutelar ou as formas de exercício do poder patriarcal seria uma herança das práticas sociais do Brasil rural que mesmo com a crescente urbanização ainda se perpetuam.

Nesta direção, a ordem patriarcal baseia-se em uma realidade social de marcada divisão sexual do trabalho, com mulheres desempenhando as tarefas domésticas e confinadas ao espaço da casa. Em certa medida, o patriarcalismo conjugado com a divisão sexual do trabalho exerce grande força a fim de manter a mulher separada da esfera pública e atrelada ao espaço privado, naturalizando em sua mente a ideia da superioridade masculina e submissão feminina.

Para Saffioti (2004), o patriarcado pode ser visto como uma especificidade das relações de gênero marcadas pela hierarquia e desigualdade. Para essa autora, a noção de gênero é mais ampla e o patriarcado seria apenas uma de suas manifestações recentes e que se apresenta articulado com a industrialização e o capitalismo. A visão patriarcal traz consigo a ideia de exploração e opressão das mulheres configurando uma relação na qual de um lado está a mulher explorada e do outro está o homem dominador, ambos com poder, mas um poder desigual.

Nesse sentido, é interessante percebermos a intrínseca relação da dominação masculina X exploração feminina. No cenário da instituição familiar, podemos vislumbrar com maior avidez a figura da mulher e o papel que esta desempenha no seio da família. Em um passado não muito distante, havia um forte pensamento de que após o seu nascimento a mulher estaria fadada a viver para família e, tão somente, a permear na vida privada. Muito provavelmente, por todo esse pensamento patriarcal que se propagou ao longo dos séculos e que fez parte da história, a mulher manteve-se impossibilitada de sonhar com outros destinos. Era quase impossível imaginar a mulher comandando as massas como liderança política. Isso acontecia pois sua vida já estava marcada por uma trilha costumeiramente sedimentada e difícil de ser desviada.

É nesse sentido que Saffioti (2004) percebe o patriarcado como uma relação civil e não privada, o qual possibilita o exercício da dominação do homem sobre a mulher baseado na violência e direitos sexuais desiguais propiciando, assim, um terreno fértil para todo tipo de opressão feminina. Saffioti (2004) identifica que uma das grandes contradições da nossa sociedade é representada pelo nó do patriarcado, do racismo e do capitalismo que se interligam a todas as relações sociais e é com base nesse cenário que toda a estrutura do poder patriarcal perpassa pelas esferas sociais baseada na oposição homem-mulher.

Para Pateman (1993), ainda é pequeno o número de mulheres que ocupam posições bem remuneradas nas profissões ou negócios. A maioria das mulheres trabalhadoras recebe uma baixa remuneração e tem status inferior ao dos homens, laborando em empregos os quais são dirigidas por um ou mais homens, ainda que exista a legislação da igualdade salarial. É nesse sentido que, para ela, o mercado capitalista é patriarcal, embasado na divisão sexual do trabalho e que para algumas mulheres o casamento continua sendo

economicamente um negócio vantajoso pois é através do casamento onde as mulheres acreditam obter uma identidade social reconhecida.

Nesse aspecto, também caminha entendimento semelhante de Saffioti (2004), quando percebe que não há separação entre a dominação patriarcal e o capitalismo. Para Durhan (2002), por sua vez, entende que o capitalismo não impediu a entrada da mulher no espaço público, mas permitiu a inclusão simultânea das mulheres nas duas esferas, a pública e a privada o que, em certa medida, permitiu a construção do questionamento da mulher acerca de sua “percepção de sua igualdade enquanto indivíduo na esfera do mercado e de sua desigualdade enquanto mulher na esfera doméstica da reprodução.” Logo, percebemos que o capitalismo apesar de coadunar com a ideologia patriarcal, não vem para frear a inclusão da mulher no cenário do trabalho (já que impulsiona a competição de todos contra todos), muito embora os salários das mulheres ainda sejam menos expressivos que os salários dos homens.

Nesse sentido, o relatório da Organização das Nações Unidas, divulgado em meados de abril de 2015 nos traz que “as mulheres continuam recebendo um salário diferente pelo mesmo tipo de trabalho [...], o que impede em grandes desigualdades em termos de recursos recebidos em sua vida”. Em virtude desses dados oficiais divulgados pela ONU, é interessante registrarmos que o amadurecimento de atividades relacionadas à emancipação da mulher ainda precisam amadurecer, já que não resolveram por completo as desigualdades de gênero que se apresentam de maneira tão ferrenha.

Nessa perspectiva, a realidade empírica nos informa que embora sejam constatados alguns avanços na inclusão da mulher em cargos de representatividade política, ainda há muito que ser buscado e mantido. Temos nos questionado, inclusive, acerca da possível relação existente entre a sub-representação feminina na política e a violência doméstica. Coincidência ou não, ambas as situações apagam a mulher enquanto sujeito. Tanto uma situação como a outra, põe a mulher como um objeto que sofre a interferência masculina. Sem dúvida, a ausência da mulher na política é um descaso, na medida em que ela é rechaçada de uma esfera de importantes decisões.

Cabe mencionar Simone de Beauvoir, que em sua obra intitulada “O Segundo Sexo”, traz à baila a afirmação de que “Não se nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1960a, p.9). Isso significa que a colocação da mulher como

o sexo menos importante é produto puramente social e cultural. Para ela, o que é bastante marcante, todavia, seria a ausência de uma devida educação direcionada às mulheres, pois aquela que persistia, de fato, tinha como consequência direta a sua colocação como mais frágil. Para essa autora, ambos nasciam com as mesmas capacidades podendo viver em um terreno de igualdades. O que se faz bastante determinante é a educação e o ambiente em que meninos e meninas estão inseridos.

Percebemos, de fato, que a cultura patriarcal manifestou-se por muito tempo como uma forma de educação direcionada às mulheres desde sua infância. A cultura exerce um grande papel na formação de pensamentos, personalidade, visão do mundo, ou seja, influi decisivamente para a formação da subjetividade do ser humano. Bastante entrelaçada com a educação, a cultura atrelada ao patriarcado assume o condão de influir no presente e repercutir no futuro. Nesse sentido, as mulheres por receberem tal educação, são treinadas a cuidarem dos outros. Muitas vezes propagou-se a ideia da mulher submissa ao homem, da mulher que tudo obedece, da menina que nasceu predestinada ao casamento e a cuidar da casa e dos filhos.

A menina vai sendo esculpida ao longo de sua vida. A situação 'submissa' da mulher frente à ocupação de espaços de poder pelo homem está presente desde a sua infância quando, muitas vezes, já tem um destino previamente preparado, especialmente por aquelas famílias que resistem em desapegar do espírito patriarcal. Existe uma construção social em torno das mulheres que as obriga a ser mais cuidadoras, a ter uma visão mais ampla de bem estar. Isso é algo muito positivo e deveria ser uma qualidade tanto de homens como de mulheres. Se pararmos para analisar, perceberemos que as meninas compartilham da mesma capacidade que os meninos: até a adolescência, são dotadas quase que da mesma força física, são envolvidos pelos mesmos sentimentos e emoções de ternura, amor, ódio, carinho e respeito. A inteligência do sexo feminino não tem dívida com a do masculino.

Não há que se falar em qualquer dado biológico que seja suficiente para diferenciar a capacidade entre meninos e meninas, mas, tão somente, em regras que a educação, a sociedade e a cultura impõem. Dependendo da educação familiar, a mulher desde a infância volta-se para os afazeres domésticos e isso intensifica a força do poder masculino, muitas vezes assentado no patriarcado

silente gerando, conseqüentemente, despreocupação quanto aos outros desejos de vida que não se relacionam com o lar, com a casa.

Considerações Finais

Entender a definição de papéis sociais distintos e determinados para homens e para mulheres nos permite compreender a relação entre condição de gênero e a esfera política. A delegação do espaço privado, da casa, dos filhos e do marido para as mulheres e do espaço público, o mercado de trabalho e todas as atividades sociais fora do ambiente da casa, para os homens, significou e, em certo sentido, continua a significar, o impedimento de acesso livre, igualitário e legítimo as mulheres no espaço da política. A organização delas em torno da desnaturalização desses papéis e espaços sociais e da imposição como grupo de cidadãs dignas dos mesmos direitos que os homens, implicam nos primeiros elementos de constituição de suas liberdades e autonomia, em específico na política.

A inserção da mulher no mundo da política é um desafio, sobretudo em países como o Brasil, onde o sistema patriarcal define em grande medida os papéis sociais que homens e mulheres devem assumir seja culturalmente, socialmente ou politicamente. A divisão sexual do trabalho se mostra como um dos grandes empecilhos que fazem com que muitas mulheres sejam privadas de vivenciar o mundo político. Boa parte das pessoas do sexo feminino convive com o fato de ter que lidar com a dupla (até tripla) jornada de trabalho, um fator de peso que acaba por desestimular centenas de mulheres na busca por uma carreira política.

Sob outro aspecto, a percepção recorrente na prática política brasileira, é que a maior parte da população não se encontra devidamente representada, sobretudo na esfera legislativa, onde sua composição é quase que por completo preenchida por homens, brancos, de determinada orientação sexual e religiosa e detentor de largo capital financeiro e *status* social, deixando de fora da representatividade mulheres, negros, a população LGBT, as comunidades ameríndias e quilombolas, e tantos outros segmentos sociais.

Nesse sentido, podemos observar tamanha importância dos mecanismos legais e estatais para a promoção da igualdade de gênero, possibilitando o

desenvolvimento de uma atividade organizacional/empresarial alentada pelos valores e princípios da igualdade e da não exclusão, promovendo as oportunidades de acesso e ascensão das mulheres a cargos de chefia, remuneração e permanência no emprego.

Não obstante, é válido lembrarmos que não basta somente a existência dessas leis ou políticas públicas para que efetivamente venham a ser consubstanciadas. Infelizmente sabemos que uma parcela da legislação apenas enuncia algumas medidas ou ações, mas não tem viabilizadas seu cumprimento, ocasionada em sua maioria pela ausência de recursos alocados, pois o olhar dado ao social, muitas vezes, é escasso e insatisfatório gerando conseqüentemente um cenário não tão assertivo como se esperava.

No Brasil, em se tratando do poder nas esferas político-administrativas, tanto em esfera municipal, estadual e/ou federal, constata-se uma pouca participação da mulher no jogo político, provocada muitas vezes pela ausência de disputa em proporção mais igualitária. Em certa medida, a sociedade favorece os homens em espaços relacionados ao trabalho, à essência e ao mérito.

O sistema que ora prevalece em nosso país relaciona-se com o patriarcado que, silenciosamente, define os papéis sociais assumidos pelos homens e mulheres. Esses papéis sociais muitas vezes se antagonizam, instituindo, a partir de uma rede de relações fundamentadas na ideia de que o lugar da mulher é em casa e não no espaço público, este reservado ao homem, uma rivalidade entre homens e mulheres, com posições hierárquicas e sem se preocupar com a possibilidade de alianças entre os mesmos como cúmplices para a construção de um Brasil mais igualitário em termos de gênero.

Nesses termos e com essa conjuntura, não há como silenciar sobre a difícil inserção das mulheres na política. Suas dificuldades, como vimos, começam antes mesmo de se iniciar o processo eleitoral.

A inserção da mulher na política, seja pela via familiar ou pelos movimentos sociais nos mostra que a tarefa de exercer o ofício parlamentar ou executivo não é nada fácil. Pois, a mulher tem que provar que possui a qualificação, pública e privada, suficiente para exercer o cargo que lhe foi conferido. A sua imagem pública encontra-se todo o tempo sendo exposta, como também a sua atuação, que é continuamente testada.

Talvez esse seja um dos empecilhos para a mulher se interessar pela atividade política, e ao mesmo tempo, uma estratégia da própria cultura política de barrar, desqualificar, desfavorecer essa inserção.

Ao que tudo indica, as mulheres ainda tem um grande caminho a percorrer. Daí a importância de problematização das questões aqui debatidas e do seu aprofundamento a partir da compreensão dos jogos de poder, numa perspectiva que extrapole as relações estabelecidas com o Estado, considerando, este campo como múltiplo e diverso, envolvendo jogos e representações simbólicas cujas fronteiras são tênues e dinâmicas.

Referências Bibliográficas

- AVELAR, Lucia. A participação política da mulher e a ideologia do conservadorismo político feminino: subsídios para novas pesquisas. **XI Encontro Anual da ANPOCS**, Águas de São Pedro, 1987.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: a experiência vivida**. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1960 a.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 5ª ed, São Paulo, Perspectiva, 2007.
- COSTA, Ana Alice Alcântara. **As donas do poder**. Mulher e política na Bahia. Salvador, NEIM/UFBA, 1998.
- CORRÊA, Marisa. **Repensando a família patriarcal brasileira**. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1590> Acesso em 17 de setembro de 2016.
- DURHAM, Eunice. Família e reprodução humana. In: _____. **A dinâmica da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2002. p.325-355.
- FRASER, Nancy. Reconhecimento sem Ética? In: **Lua Nova**, São Paulo, 2007, p.101-138.
- FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mocambos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.
- GROSSI, Miriam Pilar e MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a diferença: as mulheres na política. In. **Estudos feministas**. Ano 9, 2 semestre, 2001, p. 167-206.
- LIMA, Elizabeth Christina de Andrade; NASCIMENTO, Ana Paula Guedes do. PONTES & Carolina de Moura Cordeiro. A disputa e a sub-representação das mulheres nos espaços de poder: o caso da Assembleia Legislativa da Paraíba. In: **NEP – Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR**, v.2, n.2, 2016, p. 1-35.
- MIGUEL, Luis Felipe & BIROLI, Flávia. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. In: **Estudos Feministas**. Florianópolis, 2010, p.653-679.
- _____. **Caleidoscópio Convexo**. Mulheres, política e mídia. São Paulo, Editora Unesp, 2011.
- PATEMAN, Carole. **O contrato Sexual**. Tradução Marta Avancini – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

RABAY, Glória & CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Mulher e política na Paraíba – Histórias de vida e luta**. João Pessoa, Editora Universitária da UFPB, 2010.

SAFFIOTI, H.I.B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.